

| 235 | MERCADO IMOBILIÁRIO E MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO NA PERIFERIA DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Faber Paganoto Araújo

Resumo

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro tem passado por significativas transformações na última década. A consolidação do processo de terciarização do núcleo metropolitano está sendo acompanhado por um processo de forte dinamismo econômico da periferia. Investimentos em grandes obras e o surgimento de centros de consumo e de campus de universidades na Baixada Fluminense fazem emergir novas centralidades apontando para a reconfiguração dos deslocamentos populacionais. O objetivo deste estudo é investigar como tal dinamismo, especialmente o aquecimento do mercado imobiliário, têm contribuindo para a reorganização dos deslocamentos da população na metrópole fluminense.

Palavras-chave: metrópole; periferia; mobilidade espacial da população; pendularidade.

Introdução

A cidade, em especial a metrópole moderna, pode ser entendida como expressão espacial concreta dos processos sociais (HARVEY, 1975), refletindo as características da sociedade: mudam as sociedades, mudam as cidades. No que diz respeito ao espaço metropolitano do Rio de Janeiro, as profundas mudanças sociais observadas ao longo das últimas décadas tornam impositivo repensar a organização espacial da metrópole fluminense.

As referências à periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), mais especificamente em relação à Baixada Fluminense, são historicamente marcadas por uma grande carga negativa. Convencionou-se associar a Baixada Fluminense a um espaço de ausências: ausência de lei, de saneamento, de segurança, de emprego. Na última década, entretanto, a reativação das economias dos municípios do entorno metropolitano apontam para a necessidade de se superar a noção tradicional de conceito de periferia. O aumento do mercado de trabalho nas áreas periféricas, resultado da combinação do aumento da renda média da população residente nesses espaços e da desconcentração espacial das atividades produtivas, sobretudo do setor secundário, ampliou a atratividade migratória e reteve parte

da população que antes se deslocava diariamente para trabalhar em áreas centrais: a tradicional região-dormitório emerge, agora, como lugar do trabalho.

Uma das consequências dessa reativação econômica é a reorganização da mobilidade espacial da população na RMRJ. Tanto as migrações quanto os deslocamentos cotidianos assumem novos padrões ou consolidam tendências apontadas em décadas anteriores. Neste contexto, busca-se compreender os impactos do fortalecimento de um setor específico, o mercado imobiliário residencial, sobre a mobilidade espacial da população na Baixada Fluminense.

Este artigo esboça um panorama da mobilidade espacial da população da RMRJ, atualizando pesquisas anteriores com os dados de mobilidade levantados pelo Censo Demográfico 2010, recentemente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tratam-se apenas de reflexões iniciais e o aprofundamento destas questões fazem parte de projeto de pesquisa em desenvolvimento no Grupo de Estudos Espaço e População (GEPOP), do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Nova configuração metropolitana

O processo de urbanização contemporâneo atingiu um estágio de complexidade tão significativo que acabou por se refletir, já na primeira metade do século XX, na formação de novas espacialidades urbanas às quais se convencionou chamar de Regiões Metropolitanas. As Regiões Metropolitanas são um organismo espacial formado por um núcleo urbano mais dinâmico em torno do qual orbitam outras municipalidades que, embora independentes do ponto de vista político, compartilham com o núcleo uma mesma dinâmica socioeconômica cotidiana.

Embora a demarcação de áreas metropolitanas tenham se iniciado nos Estados Unidos já na década de 1950, no Brasil, o advento da metropolização remete à década de 1960, quando o crescimento das periferias urbanas decorrentes do êxodo rural iniciado pouco mais de duas décadas antes começava a se refletir na existência de áreas conurbadas no entorno das principais cidades do país (DAVIDOVICH, 2004). No final da década de 1960, a publicação do artigo “Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas” (FAISSOL et al, 1969) lançou as bases metodológicas para a delimitação das áreas metropolitanas brasileiras, permitindo que o debate sobre os processos de metropolização,

até então limitado ao plano teórico e ao universo acadêmico, pudesse ganhar concretude e chegar ao meio político.

Em 1973, as primeiras regiões metropolitanas foram oficialmente criadas no país. Segundo Randolph e Gomes (2007), a razão do reconhecimento foral das metrópoles, em pleno governo militar brasileiro, era dupla: sob o ângulo econômico, tornar mais racional a prestação dos chamados serviços de interesse comum, ou seja, serviços que interessam a mais de um município e que podem ser mais inteligentemente oferecidos por meio de uma gestão integrada; e sob o ângulo da geopolítica interna, na qual se buscava intervir mais facilmente nestes espaços-chave da vida econômica e político-social brasileira.

Depois de um período de aparente crise, as metrópoles vêm reassumindo um papel importante dentro do Brasil. Se entre 1980 e 1991 as regiões metropolitanas brasileiras registraram crescimento inferior à média nacional (1,8% e 1,9%, respectivamente), já na década de 1990 apontava-se para um ressurgimento: crescimento de 2,1% contra 1,6% do crescimento registrado no país. Essa retomada, no entanto, ocorre em meio a mudanças: a Região Metropolitana, em seu sentido clássico, vem se reestruturando e assumindo, como consequência, novas conformações espaciais.

Mais recentemente, percebe-se que os entornos metropolitanos - a periferia - passaram a abrigar a migração de indústrias e de outras atividades, processo motivado, sobretudo, pelos altos custos de produção na metrópole. As indústrias implantadas antes da fase de grande crescimento se deslocam para a periferia, pois vendem seus terrenos a bom preço para uso residencial ou comercial e as de implantação recente já o fazem diretamente em áreas periféricas. A configuração deste novo quadro impõe a necessidade de se repensar a periferia.

Segundo Torres e Marques (2001), os espaços periféricos metropolitanos foram tratados, ao longo das décadas de 1970 e 1980, como regiões habitadas por população operária, inserida muito precariamente na estrutura de renda e ocupações, que autoconstruía suas casas em terrenos ocupados ou localizados em loteamentos irregulares, tinha acesso muito difícil a equipamentos e serviços urbanos e tendia a gastar uma parte significativa de seu tempo livre em longas viagens em transportes públicos de má qualidade. Essas condições seriam responsáveis pelas difíceis condições de vida e saúde encontradas nas periferias metropolitanas naquele momento. O diagnóstico dessa situação foi o ponto de partida de uma ampla e diversificada literatura que enfocou desde a construção das identidades sociais dos bairros de baixa renda e suas formas de organização e ação coletivas,

até estudos de cunho mais analítico, que tentaram determinar as formas características de produção das metrópoles brasileiras e suas periferias.

Aguilar (2002) aponta para o fato de que em anos mais recentes, podemos apreciar que, na medida em que diminuiu o crescimento da grande metrópole, continua um importante crescimento das cidades intermediárias próximas à primeira, com o qual tem aumentado uma marcada concentração de atividades produtivas e de população urbana em uma região central que contém a maior cidade do país, mas cobre um território muito mais amplo. Em termos territoriais, estas áreas metropolitanas apresentam na atualidade uma expansão mais policêntrica através de centros e subcentros urbanos que seguem um padrão de rede que tende a ampliar-se ao longo das principais rodovias e ferrovias que saem em forma radial do centro da grande cidade.

A RMRJ é, entre todas as regiões metropolitanas brasileiras, a que apresenta os maiores índices de concentração de população e PIB em relação ao estado em que se situa. Ainda assim, a partir da década de 1990 esses índices entram em queda. Em 1991, a RMRJ concentrava 76,63% da população fluminense, sendo 42,79% só na cidade do Rio de Janeiro. Em 2000, esses índices baixaram para 75,69% e 40,70%, respectivamente. Quanto ao PIB, a diminuição é mais acentuada: a RMRJ concentrava em 1990, 82,36% do PIB estadual, sendo que 60,29% eram referentes à cidade do Rio de Janeiro; em 2000, os índices eram de 70,73% e 54,95%, respectivamente (CIDE, 2001, 2002; IBGE, 2002).

Isso se explica pelo fato de haver, no estado do Rio de Janeiro, uma conformação de territorialidades geradas pelo desenvolvimento de importantes segmentos industriais no interior do estado. A primeira destas territorialidades trata-se da progressiva diminuição da centralidade do núcleo metropolitano, a cidade do Rio de Janeiro, que vem sofrendo um intenso esvaziamento industrial e reafirmando, cada vez mais, sua condição de centro de serviços e turismo. Nesse mesmo processo, segue um deslocamento de importante segmentos e setores industriais para os demais municípios localizados na metrópole fluminense, tornando-os a base territorial industrial mais dinâmica na metrópole (OLIVEIRA, 2006).

Até a década de 1980 a Região Metropolitana do Rio de Janeiro expressava a clássica oposição centro x periferia. Esta diferenciação se dava tanto no nível econômico, com o núcleo da metrópole ocupando a condição de lugar do trabalho pela concentração das atividades industriais, além de comércio e serviços, quanto nos níveis social e político. Grande parte da população residente nos municípios da periferia metropolitana deslocava-se

diariamente para trabalhar na cidade do Rio de Janeiro, retornando para casa ao fim do dia. A periferia era, em grande medida, onde se dormia.

A partir dos anos 90 grandes mudanças são observadas no espaço metropolitano. Se por um lado o núcleo metropolitano passa por uma involução, atraindo menos investimentos e menos migrantes, por outro a periferia vivencia uma dinamização econômica decorrente da desconcentração industrial, colocando em xeque o modelo da dualidade centro x periferia pelo menos no que tange à RMRJ.

Como resultado do aquecimento econômico da periferia da RMRJ duas novas configurações sócio-espaciais se delineiam: a periferia começa a ser pensada, também, como lugar do trabalho (Lago, 2008), e observa-se uma heterogeneização percebida através do enobrecimento da periferia (Jardim, 2007).

No período 1980-2000, a elevação significativa do percentual e também do volume de ocupados no município de residência na RMRJ, indicando a redução da mobilidade casa-trabalho de longa distância, reitera a concepção da periferia como lugar do trabalho. No mesmo período observou-se também o surgimento de condomínios residenciais exclusivos na Baixada Fluminense, que estariam sendo procurados como alternativa segura e exclusiva de moradia por uma classe média, que segundo JARDIM (2007), seria residente na própria periferia.

Tudo isso tem contribuído para a mudança da imagem da periferia. Enquanto durante quase toda a segunda metade do século XX as referências à Baixada Fluminense eram majoritariamente associadas a eventos violentos, ajudando a construir uma imagem negativa da região no imaginário, principalmente, dos cariocas, desde a década de 1990 a Baixada passa a figurar entre reportagens que anunciam investimentos dos setores público e privado.

Tais investimentos não foram reduzidos desde então. Ao contrário, desde o final dos anos 1990, grandes intervenções se concretizaram nos espaços periféricos da RMRJ e, mais recentemente, diversos projetos e políticas foram anunciados, o que pode ter aprofundado ou mesmo consolidado as tendências anteriormente apontadas.

Entre as intervenções de grande impacto na economia e, possivelmente, na mobilidade espacial da população, mas cujas consequências não puderam ser captadas pelo Censo Demográfico 2000, destacam-se a: i) modernização do porto de Itaguaí, iniciada em 1998, ano em que houve a quebra do monopólio estatal na operação de portos públicos; ii) a inauguração da Via Light (RJ-081), também em 1998, cortando os municípios de Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis e São João de Meriti, e sua integração com a estrada de

Madureira, no Rio de Janeiro, aprovada em abril de 2008 (ainda não concluída); iii) a abertura de grandes centros comerciais nos municípios da periferia, como Shopping Grande Rio, em São João de Meriti (inaugurado em 1995 e expandido em 2004, com outra expansão programada para 2010), Nilópolis Square (inaugurado em 2000), em Nilópolis, São Gonçalo Shopping (inaugurado em 2004) e Boulevard Shopping (com inauguração prevista para 2010), ambos em São Gongalo, Caxias Shopping (inaugurado em 2008), em Duque de Caxias.

Grandes projetos públicos e privados prometem intensificar a geração de empregos, a entrada de capitais e a atração de população para a região, como, por exemplo, a: i) construção do Arco Rodoviário Metropolitano, já iniciada, que terá quase 150 quilômetros interligando as cinco rodovias federais que cortam o Rio e que dão acesso a outros estados, com início das operações previsto para 2010; ii) a construção da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), no Distrito Industrial de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, muito próximo a fronteira com o município de Itaguaí, com início da produção previsto já para o final de 2009; iii) a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, em Itaboraí, cujas obras foram iniciadas em 2009; iv) inúmeros empreendimentos imobiliários residenciais e comerciais (ver anexo).

Há que se refletir, também, sobre o impacto que novas políticas públicas de incentivo a habitação popular, como o programa 'Minha Casa, Minha Vida' e de distribuição direta de renda, como o Bolsa Família, têm sobre a reativação econômica da periferia.

Como a mobilidade espacial da população é indissociável da mobilidade espacial dos bens de consumo e de produção, de capitais, de empresas, de tecnologias e de informações e ainda, como, segundo LAGO (2000), no caso da mobilidade intra-urbana, a localização e realocação do capital imobiliário e dos investimentos públicos na cidade assumem papel de destaque, há que se supor que as mudanças econômicas observadas na periferia sejam refletidas em novas formas de mobilidade.

Além disso, existe uma associação quase sistemática da mobilidade espacial a dois outros tipos de mobilidade: a profissional e a social. Os movimentos migratórios em direção aos centros urbanos estão geralmente relacionados às mudanças de emprego e de posição na estrutura social, que podem ser ascendentes ou descendentes.

Diante do exposto, questiona-se: quais os reflexos dessa reconfiguração espacial da metrópole e de suas atividades produtivas sobre a dinâmica demográfica e, mais especificamente, sobre a mobilidade espacial da população?

Mobilidade espacial da população na RMRJ: consolidando tendências

A análise da Tabela 1 permite confirmar algumas tendências já delineadas em décadas anteriores. A primeira delas refere-se à redução do ritmo de crescimento demográfico na Região Metropolitana, sobretudo no núcleo metropolitano e nos municípios em áreas de ocupação mais antiga e já consolidada.

Tabela 1: Crescimento da População Residente Total e da População Migrante nos Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Período 2000-2010.

| Municípios da RMRJ | População Residente | | | População Migrante* | | |
|------------------------------|---------------------|----------|-----------------------|---------------------|---------|-----------------------|
| | 2000 | 2010 | Cresc. no Período (%) | 2000 | 2010 | Cresc. no Período (%) |
| Belford Roxo | 434473 | 469331 | 8,0 | 37033 | 58826 | 58,8 |
| Duque de Caxias | 775457 | 855048 | 10,3 | 59570 | 85014 | 42,7 |
| Guapimirim | 37954 | 51483 | 35,6 | 4226 | 8750 | 107,1 |
| Itaboraí | 187477 | 218008 | 16,3 | 18511 | 40938 | 121,2 |
| Itaguaí | 82003 | 109091 | 33,0 | 7660 | 19144 | 149,9 |
| Japeri | 83279 | 95492 | 14,7 | 6296 | 12292 | 95,2 |
| Magé | 205831 | 227322 | 10,4 | 14316 | 31324 | 118,8 |
| Maricá | 76736 | 127461 | 66,1 | 9606 | 42289 | 340,2 |
| Mesquita** | 0 | 168376 | 0,0 | 0 | 26268 | 0,0 |
| Nilópolis | 153712 | 157424 | 2,4 | 8122 | 17401 | 114,2 |
| Niterói | 459451 | 487561 | 6,1 | 33828 | 77644 | 129,5 |
| Nova Iguaçu | 920599 | 796256 | -13,5 | 62491 | 88555 | 41,7 |
| Paracambi | 40475 | 47124 | 16,4 | 1766 | 3432 | 94,3 |
| Queimados | 121994 | 137962 | 13,1 | 8224 | 16872 | 105,2 |
| Rio de Janeiro | 5857904 | 6320445 | 7,9 | 411005 | 435532 | 6,0 |
| São Gonçalo | 891119 | 999727 | 12,2 | 58579 | 92077 | 57,2 |
| São João de Meriti | 449475 | 458672 | 2,0 | 28221 | 46673 | 65,4 |
| Seropédica | 65260 | 78186 | 19,8 | 6230 | 15753 | 152,9 |
| Tanguá | 26057 | 30732 | 17,9 | 2124 | 4922 | 131,7 |
| RMRJ (total) | 10869256 | 11835701 | 8,9 | 777808 | 1123706 | 44,5 |
| RMRJ (exceto Rio de Janeiro) | 5011352 | 5515256 | 10,1 | 366803 | 688174 | 87,6 |

Fonte: Microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010, IBGE.

* População cujo tempo de residência no município seja igual ou menos a 10 anos.

** O município de Mesquita foi emancipado de Nova Iguaçu em 2001.

O crescimento demográfico foi inferior a 10% na década em Belford Roxo, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, São João de Meriti e no Rio de Janeiro. No caso de Nova Iguaçu, ainda que seja incorporada ao total populacional a população residente em

Mesquita, antigo distrito de Nova Iguaçu emancipado em 2001, o crescimento demográfico no período foi de 4,8%. Já os municípios de crescimento demográfico mais expressivo no período são aqueles localizados nas bordas da metrópole, ilustrando o que alguns autores têm identificado como explosão metropolitana ou suburbanização em seu sentido literal (LEFEBVRE, 1999 e LIMONAD, 1999). O crescimento populacional associado à periferação fica ainda mais claro quando consideramos que o crescimento total da RMRJ foi de 8,9% contra 10,1% se excluirmos do cálculo o município do Rio de Janeiro.

No que se refere aos dados de migração, temos aumento muito mais expressivo em todos os municípios da metrópole, à exceção do município-núcleo do Rio de Janeiro, onde o crescimento demográfico total (7,9%) supera o incremento migratório (6,0%). Mais uma vez destacam-se os municípios localizados nas franjas periurbanas da metrópole fluminense, em áreas cujo processo de urbanização se intensifica ao longo da última década, como Maricá, Seropédica, Itaguaí e Tanguá, onde o incremento da população migrante na primeira década do século XXI foi de 340%, 152%, 149% e 131%, respectivamente.

Ao se pensar as dinâmicas da mobilidade espacial da população no contexto metropolitano é fundamental considerar os deslocamentos cotidianos, pois o movimento pendular é revelador da extensão do fenômeno urbano no território, bem como das transformações pelas quais o urbano metropolitano vem passando. São mudanças que levaram Frey e Speare Jr. (1995) a considerarem a necessidade de se redefinir o conceito de área metropolitana como sendo “a área ampliada da vida local”, marcada por grande densidade de fluxos pendulares.

Entretanto, no caso da RMRJ, ainda que os volumes de migrantes pendulares tenha aumentado ao longo das últimas décadas, Lago (2008) já sinalizava para o fato de que, comparando-se os dados de migração pendular em 1980 e 2000 observa-se a redução dos deslocamentos casa-trabalho na metrópole fluminense: se em 2000 43% da população residente na periferia metropolitana trabalhava fora de seu município de residência, em 1980 esse percentual era muito mais significativo, atingindo 52%. A Tabela 2 mostra que a tendência configurada nas décadas anteriores se consolidou na última década, tendo sido registrados apenas 39% de migrantes pendulares entre a população ocupada residente nos municípios da periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ou seja, mais de 60% da população estava ocupada, em 2010, no próprio município de residência.

Os dados corroboram o que autores como Jardim (2007) sugerem: a noção tradicional do conceito de periferia está superada. Segundo Kowarick (1983), a periferia é um determinado território na metrópole qualificado pelo conjunto de carências ali observadas e

não encontrado em outro lugar: carência de serviços públicos básicos, de urbanização das áreas públicas, de titularidade da propriedade e de proximidade do mercado de trabalho, entre outras. A redução contínua e significativa dos deslocamentos pendulares periferia-centro-periferia na Região Metropolitana do Rio de Janeiro convida a se pensar periferia metropolitana também como lugar do trabalho.

Tabela 2: População Ocupada e Migrantes Pendulares nos Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Período 2000-2010.

| Municípios da RMRJ | População Ocupada | | Migrantes Pendulares | | | |
|------------------------------|-------------------|---------|----------------------|------|----------|------|
| | 2000 | 2010 | 2000 | | 2010 | |
| | | | Absoluto | % | Absoluto | % |
| Belford Roxo | 144748 | 191862 | 83252 | 57,5 | 101000 | 52,6 |
| Duque de Caxias | 269437 | 358494 | 99285 | 36,8 | 112835 | 31,5 |
| Guapimirim | 13813 | 22014 | 4621 | 33,5 | 6403 | 29,1 |
| Itaboraí | 68235 | 95352 | 28127 | 41,2 | 36978 | 38,8 |
| Itaguaí | 28916 | 45738 | 7129 | 24,7 | 9649 | 21,1 |
| Japeri | 25949 | 34548 | 15711 | 60,5 | 19375 | 56,1 |
| Magé | 69682 | 91206 | 25310 | 36,3 | 31377 | 34,4 |
| Maricá | 29675 | 56687 | 7582 | 25,6 | 16778 | 29,6 |
| Mesquita** | 0 | 71360 | 0 | 0,0 | 42861 | 60,1 |
| Nilópolis | 57211 | 66047 | 32344 | 56,5 | 34412 | 52,1 |
| Niterói | 195790 | 235376 | 61537 | 31,4 | 69016 | 29,3 |
| Nova Iguaçu | 322304 | 325225 | 138695 | 43,0 | 126854 | 39,0 |
| Paracambi | 13411 | 17636 | 3217 | 24,0 | 4048 | 23,0 |
| Queimados | 40039 | 54400 | 19973 | 49,9 | 28432 | 52,3 |
| Rio de Janeiro | 2348173 | 2922822 | 42174 | 1,8 | 71959 | 2,5 |
| São Gonçalo | 342131 | 447446 | 149275 | 43,6 | 171597 | 38,4 |
| São João de Meriti | 163538 | 198798 | 93867 | 57,4 | 97259 | 48,9 |
| Seropédica | 22995 | 33032 | 7040 | 30,6 | 10354 | 31,3 |
| Tanguá | 9127 | 12320 | 3659 | 40,1 | 4888 | 39,7 |
| RMRJ (total) | 4165174 | 5280363 | 822798 | 19,8 | 996075 | 18,9 |
| RMRJ (exceto Rio de Janeiro) | 1817001 | 2357541 | 780624 | 43,0 | 924116 | 39,2 |

Fonte: Microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010, IBGE.

** O município de Mesquita foi emancipado de Nova Iguaçu em 2001.

Observando os dados da Tabela 2 percebemos que entre todos os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro apenas quatro apresentaram aumento dos deslocamentos pendulares entre 2000 e 2010: Maricá (que teve no mesmo período também o maior incremento migratório e populacional total), Queimados, Seropédica e Rio de Janeiro. Todos os demais apresentaram queda nos deslocamentos pendulares para fins de trabalho,

sugerindo que o mercado de trabalho não só se expandiu nesses municípios, mas absorveu parte da mão de obra local.

Confirmando o processo já apontado anteriormente por Jardim&Ervatti (2007) referente ao período 1980-2000, ainda que se mantenha como destino principal dos deslocamentos pendulares intrametropolitanos, o Rio de Janeiro seguiu perdendo participação relativa entre 2000 e 2010.

O número de pessoas que se deslocam para outros municípios na RMRJ, à exceção do Rio de Janeiro, que havia quase dobrado entre 1980 e 2000, teve incremento de mais de 75 mil pessoas na década seguinte. O aumento da pendularidade destinada a municípios da periferia metropolitana poderia ser um indicativo da saturação econômica do município do Rio de Janeiro, mas uma vez que o volume de migrantes pendulares destinados ao município do Rio de Janeiro cresceu em termos absolutos no mesmo período, parece mais razoável considerar que o que está em curso é o surgimento de novos centros de consumo e de serviços e de estabelecimentos industriais de alguns municípios metropolitanos periféricos, “que seguem as mesmas tendências de centralização do Rio de Janeiro, em relação ao trabalho, a educação e ao lazer, se diferenciando, em seu interior, social, econômica e espacialmente” (JARDIM&ERVATTI, 2007). Em resumo, os dados da Tabela 3 apontam para a consolidação de novas centralidades na RMRJ e evidenciam o que segundo Moura (2010) é um dos principais atributos do estudo dos deslocamentos pendulares: apontar as dinâmicas territoriais em curso e novas áreas onde a mudança no perfil das atividades espaciais separa o município da produção do da moradia.

Tabela 3: Migrantes pendulares por destino do deslocamento. Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 1980-2010.

| Censos Demográficos | Migrantes pendulares intrametropolitanos | Migrantes pendulares que se deslocam para o Rio de Janeiro | Migrantes pendulares que se deslocam para outros destinos na RMRJ |
|---------------------|--|--|---|
| 1980 | 662180 | 522911 | 139269 |
| 2000 | 749565 | 500342 | 249223 |
| 2010 | 929494 | 603231 | 326263 |
| % | | | |
| 1980 | 100 | 79,0 | 21,0 |
| 2000 | 100 | 66,8 | 33,2 |
| 2010 | 100 | 64,9 | 35,1 |

Fonte: Jardim & Ervatti, 2007 e IBGE, microdados do Censo Demográfico 2010.

Entre os municípios periféricos da RMRJ, quais se destacariam como centralidades? Se considerarmos os destinos dos migrantes pendulares intrametropolitanos na RMRJ, à exceção do Rio de Janeiro, perceberemos que se destacam como polos de atração de deslocamentos cotidianos na periferia da metrópole os municípios de Niterói, Duque de Caxias e Nova Iguaçu (Tabela 4).

Tabela 4: Migrantes Pendulares Intrametropolitanos Por Município de Destino do Deslocamento, exceto Rio de Janeiro (%). Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2010.

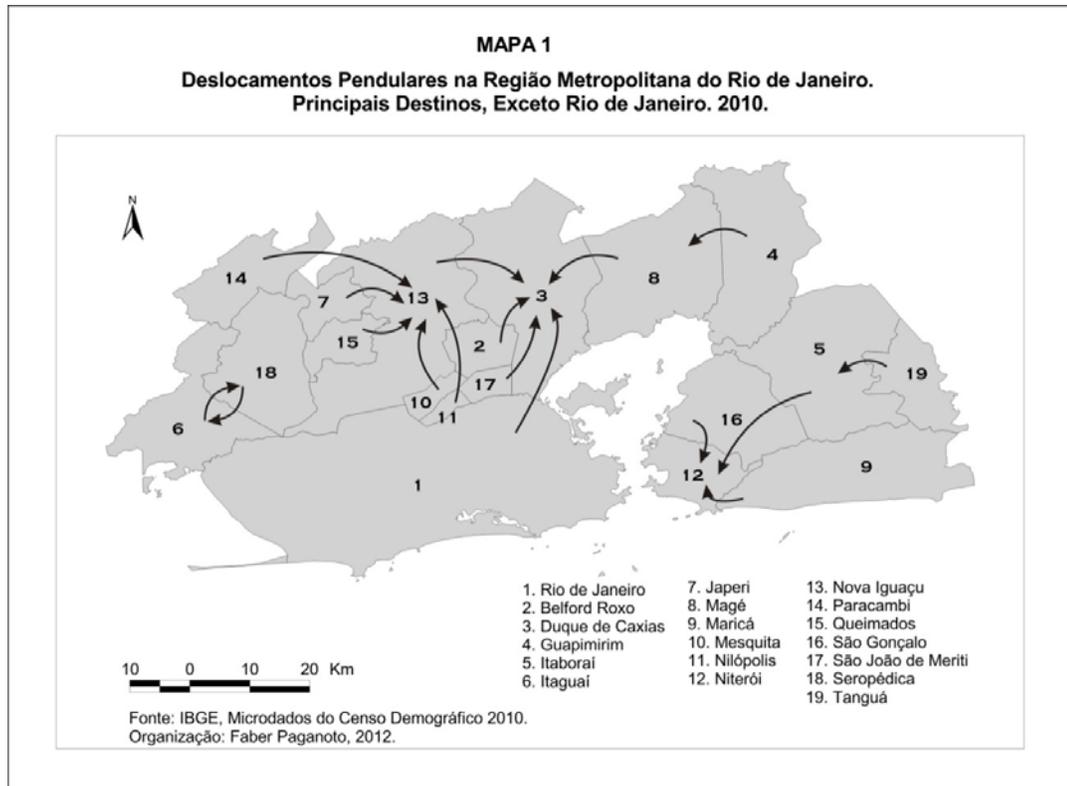
| Município de Residência | Município de Destino do Deslocamento | | | | | | | | | | | | | | | | | | Total |
|-------------------------|--------------------------------------|------|-----|------|------|-----|------|-----|------|------|------|------|-----|------|------|------|------|-----|-------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | |
| Belford Roxo (1) | 0 | 37,1 | 0,0 | 0,1 | 0,5 | 0,1 | 0,4 | 0,0 | 2,5 | 1,7 | 3,3 | 33,9 | 0,0 | 1,2 | 0,1 | 18,9 | 0,1 | 0,0 | 100 |
| Duque de Caxias (2) | 15,2 | 0,0 | 0,3 | 0,2 | 2,8 | 0,4 | 11,4 | 0,6 | 0,7 | 1,7 | 16,9 | 14,9 | 0,0 | 1,1 | 2,2 | 31,5 | 0,2 | 0,0 | 100 |
| Guapimirim (3) | 0,0 | 14,5 | 0,0 | 5,6 | 0,0 | 0,0 | 55,5 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 15,8 | 0,4 | 0,0 | 0,0 | 6,4 | 1,5 | 0,3 | 0,0 | 100 |
| Itaboraí (4) | 0,0 | 1,5 | 0,1 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 1,0 | 1,5 | 0,0 | 0,0 | 56,5 | 0,2 | 0,0 | 0,0 | 37,4 | 0,1 | 0,0 | 1,7 | 100 |
| Itaguaí (5) | 1,6 | 19,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 1,4 | 0,0 | 0,0 | 2,2 | 15,0 | 9,9 | 7,1 | 0,0 | 1,4 | 1,3 | 41,1 | 0,0 | 100 |
| Japeri (6) | 3,7 | 4,7 | 0,0 | 0,0 | 1,5 | 0,0 | 0,3 | 0,0 | 5,0 | 6,2 | 3,8 | 42,6 | 6,0 | 17,1 | 0,2 | 2,7 | 6,4 | 0,0 | 100 |
| Magé (7) | 1,2 | 63,6 | 6,7 | 2,7 | 1,0 | 0,1 | 0,0 | 0,4 | 0,0 | 0,1 | 14,9 | 1,8 | 0,0 | 0,5 | 5,9 | 0,9 | 0,1 | 0,0 | 100 |
| Maricá (8) | 0,0 | 1,1 | 0,0 | 2,0 | 0,1 | 0,2 | 0,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 69,3 | 0,5 | 0,0 | 0,0 | 25,8 | 0,7 | 0,0 | 0,0 | 100 |
| Mesquita (9) | 7,6 | 7,6 | 0,2 | 0,0 | 0,5 | 0,8 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 24,3 | 2,4 | 43,7 | 0,3 | 1,7 | 0,1 | 10,4 | 0,3 | 0,0 | 100 |
| Nilópolis (10) | 6,4 | 13,7 | 0,0 | 0,2 | 1,0 | 1,6 | 0,0 | 0,1 | 11,2 | 0,0 | 6,9 | 36,8 | 0,3 | 1,7 | 0,7 | 19,0 | 0,6 | 0,0 | 100 |
| Niterói (11) | 0,5 | 9,1 | 0,4 | 7,1 | 0,5 | 0,2 | 1,3 | 3,9 | 0,1 | 0,4 | 0,0 | 1,7 | 0,0 | 0,1 | 73,5 | 0,6 | 0,3 | 0,4 | 100 |
| Nova Iguaçu (12) | 18,5 | 18,9 | 0,0 | 0,2 | 3,3 | 2,1 | 0,2 | 0,6 | 9,7 | 13,6 | 7,6 | 0,0 | 0,4 | 9,6 | 0,7 | 12,5 | 2,3 | 0,0 | 100 |
| Paracambi (13) | 1,9 | 3,4 | 1,0 | 0,0 | 6,1 | 9,5 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 3,7 | 4,5 | 28,9 | 0,0 | 13,4 | 1,0 | 0,5 | 26,3 | 0,0 | 100 |
| Queimados (14) | 4,7 | 7,1 | 0,0 | 1,3 | 0,9 | 6,9 | 0,0 | 0,0 | 5,0 | 6,1 | 3,9 | 53,3 | 1,7 | 0,0 | 0,6 | 7,9 | 0,6 | 0,0 | 100 |
| Rio de Janeiro | 2,8 | 32,3 | 0,0 | 0,8 | 8,3 | 0,4 | 0,6 | 0,7 | 1,4 | 4,0 | 19,7 | 12,5 | 0,3 | 1,4 | 3,4 | 8,0 | 3,3 | 0,1 | 100 |
| São Gonçalo (15) | 0,2 | 0,9 | 0,0 | 3,8 | 0,1 | 0,0 | 0,4 | 1,1 | 0,0 | 0,0 | 93,1 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 0,2 | 100 |
| S. João de Meriti (16) | 8,4 | 53,0 | 0,0 | 0,1 | 1,0 | 0,3 | 0,6 | 0,1 | 2,2 | 8,1 | 6,1 | 17,4 | 0,1 | 1,6 | 0,7 | 0,0 | 0,2 | 0,0 | 100 |
| Seropédica (17) | 2,5 | 2,5 | 0,0 | 0,4 | 60,0 | 2,4 | 0,7 | 0,4 | 1,9 | 1,6 | 3,0 | 11,0 | 7,1 | 2,5 | 0,8 | 3,3 | 0,0 | 0,0 | 100 |
| Tanguá (18) | 0,0 | 1,3 | 0,0 | 44,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 1,2 | 31,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 21,3 | 0,7 | 0,0 | 0,0 | 100 |

Fonte: IBGE, microdados do Censo Demográfico 2010.

Niterói exerce fortíssima influência sobre os municípios de São Gonçalo, Maricá e Itaboraí, além de ser o segundo destino principal dos migrantes pendulares residentes em quatro outros municípios: Duque de Caxias, Guapimirim, Magé e Rio de Janeiro. Duque de Caxias é o principal destino dos deslocamentos cotidianos originados em cinco municípios da RMRJ: Magé, São João de Meriti, Belford Roxo, Rio de Janeiro e Nova Iguaçu. E Nova Iguaçu, por sua vez, é o principal destino dos migrantes pendulares residentes em Queimados, Mesquita (emancipado de Nova Iguaçu em 2001), Japeri, Nilópolis e Paracambi. O município de Nova Iguaçu tem considerável influência ainda sobre Belford Roxo, São João de Meriti e Seropédica, além de ser o terceiro principal destino dos deslocamentos pendulares originados no núcleo de metrópole.

No mapa a seguir é possível verificar que a localização geográfica contribui para a polarização desses deslocamentos entre os 3 principais núcleos dinâmicos da periferia metropolitana.

Mapa 1: Deslocamentos pendulares na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Principais destinos, exceto Rio de Janeiro, 2010.



Considerações finais

Não restam dúvidas quanto à reorganização produtiva da RMRJ: o núcleo vive um processo de intensa terciarização enquanto a periferia, além de receber investimentos públicos e privados em grandes empreendimentos que reativam a economia regional, absorve grande parte das atividades secundárias antes localizadas nas áreas centrais.

O crescimento da oferta de empregos na periferia atrai migrantes, que já não mais se destinam para as áreas centrais na mesma proporção, e retêm parte da força de trabalho local. Além disso, núcleos dinâmicos na periferia apontam para a consolidação de novas centralidades, dentre as quais se destacam os municípios de Niterói, Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

Niterói é muitas vezes considerado parte do núcleo metropolitano e Duque de Caxias, pelas características de sua economia, já exerce grande centralidade na periferia metropolitana. O dado novo, que merece atenção especial, é o crescimento da centralidade de Nova Iguaçu.

Este artigo apresenta um panorama inicial dos padrões de mobilidade espacial da população da RMRJ, com destaque para os deslocamentos pendulares. Há muitas questões a serem ainda pensadas e aprofundadas. Uma delas diz respeito às relações existentes entre os deslocamentos na metrópole e um setor econômico que ganha destaque na periferia, em especial no município de Nova Iguaçu: o mercado imobiliário residencial voltado à classe média, cuja evidência principal é o grande número de condomínios exclusivos recentemente construídos ou licenciados em Nova Iguaçu.

Quem são os moradores destes novos empreendimentos: munícipes, migrantes oriundos das áreas centrais da metrópole ou uma emergente classe média anteriormente residente em municípios menos dinâmicos na própria periferia? O que acontece nas áreas onde os condomínios estão sendo construídos: é possível notar processos de nobilitação com consequente repulsão de antigos moradores? E os trabalhadores da construção civil: a construção dos condomínios atrai migrantes pendulares para trabalhar em Nova Iguaçu? E os funcionários dos condomínios e trabalhadores domésticos das famílias neles residentes, também seriam migrantes pendulares? Todas estas são questionamentos que motivam a verticalização do que foi aqui exposto.

Bibliografia

AGUILAR, A. G. **Las mega-ciudades y las periferias expandidas**. EURE, v. 28, n. 85, 2002, pp.121-149.

DAVIDOVICH, F. "A volta da metrópole no Brasil: referências para gestão territorial" In.: RIBEIRO, L.C.Q. (org.) **Metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo - Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo - FASE, 2004.

FAISSOL, S. et al. Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas. In **Revista Brasileira de Geografia**, n. 4, ano 31, out/dez de 1969, p.53-127.

FREY, W.H. e SPEARE JR., A. Metropolitan areas as functional communities In DAHMAN, D.C. e FITZSIMMONS, J.D. **Metropolitan and nonmetropolitan areas: new approaches to geographical definition**. Washington, population Division/ US Bureau of the Census, pp. 139-190 (working paper, 12). 1995.

HARVEY, D. Class Structure in a Capitalist Society and the Theory of Residential Differentiation, In.: **Processes in Physical and Human Geography**, ed. R. Peel, M. Chisholm e P. Haggett. Heinemann Educational Books, Londres, 354-369, 1975.

JARDIM, A.P. Algumas reflexões sobre o estudo das migrações pendulares. In.: **Anais do V Encontro Nacional Sobre Migrações**, 2007.

JARDIM, Antonio de Ponte e ERVATTI, Leila. **Migração pendular intrametropolitana no Rio de Janeiro: reflexões sobre o seu estudo, a partir dos Censos Demográficos de 1980 e 2000**. Texto para discussão, IBGE, 2007.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. São Paulo, Paz e Terra, 1983.

LAGO, L. O mercado de trabalho na metrópole do Rio de Janeiro: a periferia que virou centro. In.: **Anais do XXII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2008.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1999.

LIMONAD, E. **Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização**. *Geographia*, ano I, v. I, pp. 71-92. Niterói, 1999.

MOURA, R. Movimento pendular da população no Paraná: uma evidência da desconexão moradia/trabalho In **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo. V12, n.23, pp.43-64, jan/jul, 2010.

OLIVEIRA, Floriano Godinho. Mudanças no espaço metropolitano: novas centralidades e dinâmicas espaciais na metrópole fluminense In.: Silva, Catia Antonia, Freire, Desirée Guichard e Oliveira, Floriano Godinho (orgs.). **MetrÓpole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

RANDOLPH, Rainer e GOMES, P.H.O. Mobilidade e expansão da metrópole para áreas Peri-metropolitanas: investigando o caso do Rio de Janeiro no contexto brasileiro. In. **Cadernos MetrÓpoles**. Rio de Janeiro, n.17, 2007.

TORRES, Haroldo da Gama e MARQUES, Eduardo Cesar. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno municipal. In.: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. A3, n4, ANPUR, 2001.